

A IGREJA CATÓLICA E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CABO-VERDIANA

NEVES, Baltazar Soares¹

¹ Docente, investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) e doutorando em História Social pela Universidade do Porto.

RESUMO

As questões relacionadas com a identidade cabo-verdiana desafiam os pesquisadores a retomar o assunto continuamente. Parecendo, inicialmente, repetição de ideias já tratadas, todavia, é convicção do autor que cada vez que se regressa a esta temática, elementos novos surgem que ajudam a desmistificar as dúvidas no sentido de as eliminar, separar os elementos de divergência produzidos pelo desencontro da abordagem anterior, aduzir elementos inovadores para melhor avaliar, acentuar e consolidar os caminhos percorridos com vista à construção de novos paradigmas de conhecimento. Consciente que sempre se valorizou a cultura material em detrimento da espiritual, embora estejam interrelacionadas, pretende este trabalho valorizar a via espiritual e vincar a sua contribuição na gesta identitária cabo-verdiana e determinar melhor, em qualidade, a diferença entre o material e o cultural sem nunca os contrariar. Daí que, sem se ambicionar trazer novos conhecimentos sobre as instituições religiosas, como parte fundacional da identidade cabo-verdiana, é o propósito deste trabalho reafirmar a acção da Igreja Católica como factor determinante nesse processo. Além disso, intenta pôr em relevo uma forma de abordagem, que reinventa as raízes culturais e com valor acrescido para a história de Cabo Verde, mostrando que o essencial na história não é preencher rubricas, merecer ou honrar etiquetas, mas produzir reflexões que possam ter, periodicamente, valor de explicação, envolvendo todos os elementos que integraram e integram a identidade cultural das ilhas de Cabo Verde.

Palavras-chave: Raízes culturais. Igreja católica. Identidade cultural cabo-verdiana.

RESÚMEN

Las cuestiones relacionadas con la identidad cabo-verdiana desafían los investigadores a retomar el asunto continuamente. Pareciendo, al inicio, repetición de ideas ya tractadas, el autor tiene, todavía, la firme convicción que todas las veces que se vuelve al tema, surgen elementos nuevos que ayudan a desdramatizar las dudas, excluir e aislar las divergencias provocadas por las construcciones anteriores, aducir innovaciones con la finalidad de mejor evaluar, enfatizar y consolidar los caminos desarrollados con vista a construcción de nuevos paradigmas del conocimiento. Sabido que siempre se há valorizado la cultura material en detrimento de la espiritual, aunque sean dimensiones inherentes, este trabajo pretende valorizar la via espiritual e marcar sua contibuición na saga identitária cabo-verdiana y determinar mejor, en calidad, la diferencia entre lo material y lo cultural, sin jamás contrariar-los. Sgue que, sin ambicionar traer nuevos conocimientos acerca de las instituciones religiosas, como parte fundante de identidad cabo-verdiana, es lo propósito deste trabajo reafirmar la acción de la Iglesia Católica como factor determinante en esto proceso. También anhela dar relevancia a una forma de discurso que reinventa las raízes culturales y con valor acrescido para una historia de Cabo Verde, mostrando que lo esencial en la historia no es llenar las rubricas, merecer o honrar etiquetas, mas produzir reflexiones que puedan tener, periodicamente, valor

de explicación, abarcando todos los elementos que integraran y integran la identidad cultural de las islas de Cabo-Verde.

Palabras-llave: Raíces culturales. Iglesia católica. Identidad cultural cabo-verdiana.

1 O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA CABO-VERDIANA

Devido à aquisição cada vez maior de conhecimentos, o percurso do desenvolvimento histórico e cultural orienta-se em termos de uma história antropológica e deste modo o historiador está predestinados a escrever e a rescrever uma boa parte da História de Cabo Verde, para dar-lhe mais vida e reequilíbrio, precisar aspectos antes inobservados e rectificar possíveis erros existentes. Ou ainda porque, como afirmou Charles Morazé, escrever ou reescrever uma história da evolução científica e cultural, “significa, não só inventariar todos os novos dados disponíveis, mas também apreciar e avaliar as várias implicações, positivas ou negativas, de todas as mudanças” (História da Humanidade, 1999: XII).

Apesar da tendência do paradigma dominante para a valorização do quantitativo, o progresso consentido pelas correntes da história actual aponta para o rompimento com a ideia da existência de culturas superiores ou inferiores. Este novo olhar ajuda a explicar, reforçar e refutar a vertente tradicionalista assente na visão pragmática da cultura que a identifica, unicamente, “com a cultura material” (Rioux e Sirinelli, 1998: 87).

Independentemente das dificuldades de separar o objectivo do subjectivo, historiadores, especialistas e cientistas sociais, nem por isso deixaram de, durante muito tempo, dar ênfase aos aspectos chamados mensuráveis. Neste caso em particular, fala-se muito da data da descoberta do arquipélago, dos hipotéticos descobridores^[1], do povoamento, das formas de ocupação, do progresso económico, mas muito pouco e por alto dos chamados critérios subjectivos como, por exemplo, a acção espiritual na edificação da sociedade cabo-verdiana. Raramente a referência a esta área se cruza com as outras dimensões – social, económica, política – ou, se o faz, nunca é suficiente para permitir o estabelecimento de critérios comuns para um conhecimento global e mais autêntico, envolvendo todos os elementos que constituíram e constituem o verdadeiro puzzle da identidade cultural das ilhas Atlânticas de Cabo Verde.

Smplesmente, o pensamento dominante valoriza os chamados “critérios objectivos”, relegando os “critérios subjectivos” para o plano secundário, pese embora, tanto quanto se sabe, há ausência de critérios que tornariam possível distinguir efectivamente o objectivo do subjectivo. Ainda bem que a história antropológica vem, por um lado, ajudar a esclarecer melhor o progresso social e cultural de vários povos chamados incivilizados ou a-histórico, ao mesmo tempo que lembra serem

os seres humanos não [...] somente seres biológicos, mas também seres pensantes e emocionais,” e que “ cada cultura material é acompanhada de uma cultura que pode ser chamada de “espiritual” no sentido mais lato do termo, que também varia de acordo com as situações (História da Humanidade, 1999: xiv).

Mas, por outro lado, há consciência, que a cultura material e a cultura espiritual se encontram inter-relacionadas. Sem as querer separar, o que se pretende é que se valorize a

cultura espiritual e a contribuição na gestação da cultura cabo-verdiana. Numa palavra, determinar melhor, em qualidade, a diferença entre o material e o cultural sem nunca os contrariar. Para além de componentes como literatura, arte, medicina, entre outros, o historiador Memel-Fotê afirma que não existe sociedade sem cultura nem cultura sem religião. Precisando o lugar da religião numa sociedade, este autor defende que esta, como

[..] realidade cultural e social, abrange um núcleo basilar e o modelo cultural que lhe serve de suporte. Por núcleo basilar entendam-se as crenças e rituais fundamentais, a comunidade de crentes e a estrutura (conjunto de oficiantes, calendários locais sagrados, relicários) que é o garante da continuidade do todo. A sobrevivência deste núcleo, ao longo do tempo e no mesmo estado de homogeneidade, constitui uma identidade. Também se pode descrevê-la em termos de formação, nos três sentidos desta palavra: um processo produtivo, um processo de manutenção e o produto desses dois processos. Ao modelo cultural corresponde a formação política e económica, com uma língua e um sistema de valores próprios. (Memel-Fotê, 1999: 484).

No entanto, entende-se que esta forma de encarar a realidade se inscreve como própria da civilização europeia em relação à cristandade. Não obstante, é convicção do autor que o modelo em referência corresponde ao arquétipo das realidades religiosas de outras civilizações com dissemelhanças. É sabido que ao atribuir ao rei de Portugal, D. Afonso V, e aos seus sucessores a faculdade de conquistar os reinos, principados e terras dos infiéis, o Papa Nicolau V, pela Bula *dum Diversas*,^[2] concedia também à coroa portuguesa o estatuto de responsável pela evangelização dos mesmos (cf. Nuno da Silva Gonçalves, 1996: 57)

Verifica-se, entretanto, que, em toda a África, a maioria dos povos conquistados manteve os seus valores locais, e permaneceu ligada às crenças tradicionais, apesar da islamização latente que se espalhou, embora superficialmente, como um rastilho de pólvora em quase todas as direcções (cf. Sénéké Mody Cissoko, 1985: 521).

No contexto das ex-colónias portuguesas, sabe-se que a religião cristã não fora tão bem sucedida devido à força das religiões tradicionais. Tanto em Angola, Moçambique, quanto na Guiné as tentativas de evangelização por parte dos missionários conheceram dificuldades acrescidas. De um lado, erguiam-se os obstáculos do apego às tradições ancestrais e a presença de outras religiões expansionistas, por exemplo, o islamismo. Por outro lado, abalava a acção missionária o fenómeno assombroso e perverso do tráfico de escravos. Nestes territórios, devido aos factores atrás citados, a cristianização permaneceu, de uma certa forma, como mero disfarce usado pela aristocracia governante, com laivos de incentivos ou de exclusão, conforme as circunstâncias. O padre Miguel Oliveira sintetiza assim as dificuldades encontradas nas ex-colónias dizendo que “era preciso ir ao encontro dos indígenas, cativar-lhes a simpatia, estudar-lhes língua e costumes, para depois os catequizar: trabalho difícil e obscuro em que se sacrificaram muitas vidas.” (data: 144).

Sem embargo, é considerado como certo que por razões políticas os portugueses foram impossibilitados de se fixarem in loco nos rios da Guiné. Precisavam então, em alternativa, para a realização da sua estratégia comercial, de um espaço peri-guineense que não fosse ocupado nem habitado. Nele poderia implantar a sua soberania, ao abrigo da qual se podia então desenvolver, com toda a segurança, uma classe de mercadores.

Recusada a possibilidade de se implantar no continente, o arquipélago de Cabo Verde surge como ponto de contacto com áreas geo-culturais da região, e daí o interesse imediato de transformar as ilhas no trampolim necessário para as alcançar. Perante este facto, célere foi o

período que mediou entre a chegada dos portugueses (1460) e o início do povoamento da ilha de Santiago (1462)[3].

A própria Igreja Católica, tão intimamente associada ao poder temporal, não escondia o seu empenho em se estabelecer nas ilhas, através do envio, desde o início, de missões religiosas e subsequente construção de colégios, conventos e seminários. Criavam-se enfim, condições espirituais, para que o arquipélago servisse não só de ponto de contacto com as áreas da Guiné, à navegação e à colonização, como de refúgio e ponto de apoio à evangelização das populações ribeirinhas.

É então a Ribeira Grande (ilha de Santiago) considerada, na área Guiné-Cabo Verde, como o local mais propício para a fundação de missões religiosas (como por exemplo a dos jesuítas), que tinham como função dilatar a fé cristã juntamente com o alargamento do império. Neste contexto, do mesmo modo que se lançou no processo de povoamento da ilha de Santiago, ter-se-á dado início, por exemplo, a construção da igreja matriz, dedicada a Nossa Senhora da Conceição. De imediato começaram a chegar as congregações religiosas dos franciscanos (1466), da mesma sorte que se assistiu à criação da Diocese em 1533, acontecimento este que contribuiu para a elevação da vila da Ribeira Grande à categoria de cidade.

Em tempo recorde, o porto da Ribeira Grande aumentou de importância, transformou-se num centro comercial próspero, onde as mercadorias africanas esperavam a sua vez de embarcar para Portugal, Castela e Canárias, além de outras áreas europeias. Em pouco mais de um século, as ilhas, as mais importantes de então – Santiago, Fogo, S. Antão, S. Nicolau – estavam já povoadas. Gaspar Frutuoso, mais tarde ao escrever sobre a importância da navegação que passava por estas ilhas, no contexto expansionista de então, afirma que: “pela ilha de Santiago vão as naus de Espanha para as Índias de Castela, e as de Portugal para Angola, para Guiné e para Congo, como também a tornada vem definir à ilha 3.^a” (Oliveira Martins: 28-29), referindo-se à ilha no arquipélago dos Açores.

Com um expressivo crescimento da população, em 1533, houve a necessidade de ser instituído um sistema organizado de serviços públicos, dispondo, para além de várias igrejas, de almoxarifado, feitorias, câmara, hospital e numerosas residências de europeus, bem como armazéns e outras instalações comerciais. Porém, enquanto se modificava a configuração do sistema de escravatura vigente, um outro importante processo conduzia à evolução das sensibilidades e das representações: estamos a falar da consolidação e prolongamento do processo espiritual do homem das ilhas que evolui rapidamente para o patamar que o Padre Miguel Oliveira designou de início de um período de esplendor religioso que alcançaria o seu apogeu com a criação da diocese de Cabo Verde já em 1533 (data: 144-145), augurando-se, assim, o prelúdio de uma nova fase na vida espiritual dos moradores.

Um processo assaz célere que, infelizmente, pouco tempo depois começava a manifestar as suas fragilidades, tanto no campo socioeconómico quanto no espiritual, levando o Padre António Vieira, na sua passagem para o Brasil, em 1652, a escrever “apertadíssimamente” às entidades religiosas em Portugal, queixando que nestas ilhas, apesar de viverem todos sem idolatria nem ritos gentílicos, que façam dificultosa a conversão, antes com grande desejo em todos os que as habitam de receberem nossa Santa Fé, e se baptizarem. No entanto, “por falta de quem os catequize e ensine, não se vêem entre eles mais restos de cristandade, que algumas cruces nas suas povoações, e os nomes dos Santos” (J. Lúcio de Azevedo, 1925: 294). Padre António Vieira teve o cuidado de informar ainda que a ilha de Santiago, a mais importante de Cabo Verde tinha uma população de mais de sessenta mil almas; e nas outras ilhas, que são oito, outras tantas, e todas elas em extrema necessidade espiritual (cf. Neves, 2001: 63).

Depreende-se que já nessa altura viviam no arquipélago (pelo menos em Santiago) um número reduzido de europeus. Pelo facto, Vieira fez questão de sublinhar na carta supracitada que eram todos pretos, mas somente neste acidente se distinguem dos Europeus. Ainda em relação à população, se de facto está certo o número acima referido, então em menos de dois séculos (1460-1652) de colonização, o arquipélago alcançava uma média de cento e vinte mil habitantes, um fenómeno sem paralelo se tivermos em conta as barreiras e dificuldades invocadas pelo colonizador no início e durante o povoamento. Mas é António Correia e Silva que, no seu mais recente livro, *Combates pela História*, ao referir a importância histórica do remoto burgo da Cidade Velha, empresta o seguinte argumento; “Não há em toda a História da Humanidade nenhum fluxo de transferência forçada de população que se lhe compara, quer em intensidade, quer na duração ou ainda em consequências para a configuração do mundo moderno (Correia e Silva, 2004: 25)”.

Pese embora os contratemplos deparados nas ilhas, o ambiente sociocultural ali estabelecido diferia em muito do encontrado no continente. Se no continente estava interdito ao escravo de manifestar o seu *modus vivendus*, sua espiritualidade, suas crenças, seus costumes, nas ilhas, a tarefa estava facilitada, pois, na visão do Padre António Vieira, não foi necessário cativar-lhes a simpatia, “estudar-lhes língua e costumes, para depois os catequizar.” Além disso, o terreno era propício ao elemento europeu que impunha, pelo poder que detinha, a sua influência sobre o negro-escravo que, por sua vez, se encontrava isolado efectiva e afectivamente da etnia de origem e inibido de estabelecer a retroalimentação e a partilha contínua com a ambiência cultural do continente-mãe. Estes pressupostos, não obstante o pânico e o terror iniciais, viriam a inspirar a emergência de um figurino social bastante harmonioso em Cabo Verde. Em vão seria esperar o contrário, pois, como se sabe, as ilhas de Cabo Verde e a Costa de Guiné formaram durante muito tempo uma unidade para efeitos administrativos e religiosos. O Infante D. Henrique, antes de morrer, doou esses territórios à Ordem de Cristo. Por isso, o clero acompanhou, quando não precedeu, os descobridores.

Graças à aliança entre as ideias e objectivos, entre o poder temporal e o eclesiástico, a Igreja Católica ganhava, entretanto, admirável aceitação no contexto do arquipélago. Primeiro porque, independentemente da doação das ilhas à Ordem de Cristo, mesmo antes da expansão, o clero posicionou-se como um dos parceiros indispensáveis nesse processo, segundo porque, bastante cedo, assumiria no arquipélago, funções e responsabilidades, de destaque em quase todas as esferas sociais.

É com esta chancela que a Igreja Católica e as missões religiosas marcaram a sua presença em Cabo Verde, sem esquecer, todavia, as dificuldades de natureza económicas aliadas ao clima deprimente reinante na época no arquipélago, constringendo muitas tomadas de decisões. Não obstante, recorda o antropólogo João Lopes Filho que a evolução humana em Cabo Verde constitui uma epopeia aliciante digna de ser recordada e meditada se atendermos às lutas e duras experiências sofridas para que o homem pudesse cultivar e fazer vingar esta sociedade e a sua “cultura tradicional” (Lopes Filho, [1981?]: 34).

Fruto de um conjunto de sacrifícios e esforços, esta evolução, construída sob signos e condicionalismos cíclicos diversos contribuiu para, com base em determinadas afinidades – **língua, sincretismo religioso, música** –, moldar as raízes da cultura cabo-verdiana. Todavia, independentemente de quaisquer dificuldades, como atrás referidas, é incontestável que as diferenças nos modos de vida, individuais ou colectivos, desenvolvidas a partir desta ambiência, levaram, efectivamente, à estratificação da sociedade cabo-verdiana bem como à formação gradual de hierarquias societárias, estabelecendo distinções entre as pessoas com fundamento na origem e na actividade que cada um exercia: no topo os homens brancos, europeu (ou brancos de “terra”) e na base os escravos ou negros (cf. John Redear, 2002: 220)

Posteriormente, outra configuração emerge, de forma mais subtil. Ou seja de um lado, o latifundiário, de outro os meeiros, os rendeiros, os homens livres, os sem-terra, os escravos.

Definidos os contornos atrás descritos, a igreja é chamada a exercer um papel preponderante na diferenciação do estatuto social logo que baptizou o primeiro grupo de homens negros-escravo. A chamada “ladinização” (a começar pelo baptismo e antecedido da aprendizagem da língua) representava, inevitavelmente, a passagem a uma nova etapa, a outras formas de conduta e de vida, manifestação esta concretizada, muitas vezes, na mudança de nomes, na negação ou proibição de alguns costumes, embora as prescrições e proibições dos costumes e ritos ligados aos cultos tradicionais de origem não tivessem sido adoptados na sua plenitude. Deste modo, estava instituído o traço de realce na diferenciação entre o cristão e o não cristão, ou entre aqueles que continuavam a acreditar nos ritos das religiões tradicionais, balançando entre o ser e o não ser cristão, atitude que confluiria, decisivamente, para a harmonia religiosa, pois o Padre António Viera, como atrás se disse, ainda pôde constatar que eram todos, gente sem idolatria nem ritos gentílicos que podiam dificultar a conversão (J. Lúcio de Azevedo, 1925: 294).

A prova externa das mudanças materializa-se no crescimento das missões religiosas e na construção de igrejas e capelas, melhorando assim, a catequese e o ensino das primeiras letras, bem como a formação do clero no próprio local. Porém, se o crescimento das missões religiosas, a construção de igrejas e capelas, a catequese constituíram o pré-requisito para o assentamento das raízes da cabo-verdianidade, o factor alfabetização foi a sua característica cultural definidora. E esta, incontornavelmente, foi procedente das missões católicas: o escravo (liberto), como força transformadora, a alfabetização (graças à acção da igreja) e a ocupação de um território, dantes sem presença humana efectiva, foram ingredientes necessários para o assentamento dessas mesmas raízes.

Desta maneira, com o estatuto de zona de trânsito de pessoas e passadouro dos produtos, muito cedo Cabo Verde favoreceu a interacção entre africanos (escravos) e europeus, entre os quais os representantes da coroa, oficiais, mercadores, proprietários, entre outros. Com este papel, onde irrompeu o poder temporal surgia o poder espiritual; onde se erguia uma igreja para ‘ladinizar’ ou baptizar os não cristãos ou escravos, os pastores da igreja convertiam-se em cultores das primeiras letras, todo um confluir de condições propícias para o surgimento de um povo com marcas culturais distintas. Um processo, quiçá, sem precedentes, porque distinto do dos outros espaços ultramarinos. Ou seja, ao mesmo tempo que o sistema de escravatura se avançava, as representações de cunho religioso, entrelaçadas com ele no tempo e no espaço, prefiguravam um novo cenário, que emergia deste cruzamento resultante da triangulação entre África-Cabo Verde, América e Europa, resultando na emergência de todo um povo no meio do Atlântico médio, que começava a balbuciar e, com o passar do tempo, a expressar, a manifestar, definitivamente, a sua identidade.

2 ETAPAS PARA A CONFIGURAÇÃO DA SOCIEDADE CABO-VERDIANA

1. Não seria necessário invocar como, quando e quem participou no processo de conformação da sociedade cabo-verdiana. Porque muitas vezes se despreza este aspecto considerado importante na análise dos diversos elementos constituintes de uma determinada cultura, o historiador francês da História Cultural, Antoine Prost, lembra:

A dificuldade do historiador é partir da cultura e não dos grupos, pois ele tem sempre tendência para aceitar os grupos como já lá estando, como preexistentes ao seu

inquerito uma vez que as fontes que consulta estão elas próprias muitas vezes divididas (Antoine Prost, in Jean-Pierre Rioux, e Jean-François Sirinelli, 1998: 135).

Na lógica desse autor, perante a ausência de um elemento torna-se difícil avaliar quais os factores que estarão na base de uma determinada identidade: os económicos, os sociais, os profissionais ou os culturais. Deste modo, é bom lembrar que dos diversos elementos das diversas camadas sociais portuguesas ou europeias que fizeram parte do povoamento do arquipélago (fidalgos, comerciantes, gente humilde, degredados e/ou degradados), os sacerdotes ocuparam um lugar de destaque e que além de representarem a parte espiritual da colonização, influenciaram a organização moral da sociedade em construção e converteram a igreja na fonte de influência e de autoridade pois, diversas vezes, os bispos comandaram os destinos do arquipélago, investidos em funções de governadores.

E se é inegável que o tecido social cabo-verdiano fundamenta-se na influência popular portuguesa, pela representatividade dos elementos participantes no povoamento do arquipélago – camponeses, gentes de ofícios e outros – certamente se reconhece que as missões religiosas europeias tiveram um papel marcante, decisivo e definidor no conjunto das camadas sociais envolventes, enquanto veículos de difusão de atitudes e comportamentos, “irradiando os seus valores espirituais e culturais, através da missão e do ensino ministrado pelos padres” (Lopes Filho, [1981?]: 41).

Essa presença activa, desde o princípio do povoamento, das missões religiosas, vindas de quadrantes europeus diferentes (Portugal, Itália, Espanha, França), representadas pelos franciscanos, dominicanos, jesuítas, capuchinhos, carmelitas, e não só, poderá ajudar a compreender a constituição de outros elementos universais da nossa identidade como a língua, o predomínio de alguns costumes europeus em detrimento do dos africanos, quando se esperava o inverso, considerando a maioria africana no processo de povoamento do arquipélago.

Curioso é que o Padre António Vieira, ao tentar persuadir a coroa portuguesa a enviar curas de alma para Cabo Verde, comparou o Maranhão no Brasil com a população do arquipélago, reconhecendo as vantagens desta Missão em relação à outra. Segundo o Jesuíta, esta “está muito mais perto de Portugal, muito mais junta, muito mais disposta, e de gente, sem nenhuma comparação, muito mais capaz, e ainda muito mais numerosa” (Viera, in Baltazar Neves, 2001: 63.)

Apreendeu ainda a existência de um fenómeno único na história da colonização: bem ou mal, de uma forma ou de outra, todos entendiam a língua em que se expressava. Ou seja, nestas ilhas, disse o Padre António Vieira, “não tem necessidade de se lhes aprender a língua; porque todos a seu modo falam a Portuguesa, e apenas se pode em nenhuma Nação considerar necessidade mais extrema” (idem in Baltazar Neves, 2001: 63). Deste modo, se tudo o que o homem organiza, tanto no campo espiritual, quanto no campo material é influenciado, mais ou menos directamente, pelo ambiente sociocultural no qual está inserido e que os ideias, crenças e hábitos são assimilados inconscientemente na educação recebida e no tipo de convivência estabelecida (cf. Lopes Filho, [1981?]: 58). Temos que admitir que a Igreja Católica, em definitivo, contribuiu para modelar o comportamento, maneira de ser, formas de relação, os sentimentos e raciocínios do cabo-verdiano, componentes estes que sem dúvida foram emprestados, ao longo dos tempos, devido à uma presença contínua e activa do elemento sagrado na vida da população das diversas ilhas.

2. Envolto nos mesmos contrastes que os outros territórios da época, são amplas e atendíveis as acções da igreja na sociedade cabo-verdiana. Pese embora algumas atitudes não condizentes com a moral instituída, [4] muitos são os exemplos de abnegação, heroísmo e fé.

Não é em vão que se reconhece que, com ressalvas, a Igreja tenha contribuído “(..) por várias formas para todas as necessidades públicas” (Miguel Oliveira, s/d: 144) e tenha defendido e socorrido a sociedade tanto material como espiritualmente.

Francisco Ferreira da Silva, vice-reitor do Seminário-Liceu, entre 1888 e 1904, dizia que por mais de uma vez, os responsáveis da igreja administraram civilmente o arquipélago e, em muitas ocasiões, lutaram mesmo contra os despotismos e extorsões da administração civil e tantos serviços prestaram que se tornou comum dizer que “a província de Cabo Verde deve mais aos Bispos e aos padres do que aos governadores que, por séculos atrás, a governaram” (Ferreira da Silva, 1899: 36-37). Efectivamente, sabe-se que, por diversas vezes, comandaram os destinos do arquipélago, bispos investidos em funções de governadores, entre os quais, Victoriano Portuense[5] e Francisco de S. Simão[6].

Escasso de recursos naturais e minerais, que pudessem motivar a coroa portuguesa a interessar-se com mais acuidade e maior zelo pelas ilhas, se reconhece que poucas foram as manifestações expressamente conhecidas dos seus mais directos governantes locais para minimizar os sofrimentos que eram uma constante na vida do ilhéu. Em contrapartida, os responsáveis locais da Igreja insurgiam-se frequentemente, contra o estado decadente das almas cristãs, da moral, da instrução e da educação, uma reacção que, não raras vezes, se transformava em conflitos entre o governo eclesiástico e o governo temporal. Amiúdas vezes seguiram o exemplo de D. Frei Silvestre que, em Janeiro de 1804, procurava convencer a realza

[...] que a causa de tão poucos sacerdotes procedia da falta de estudos, pois em toda essa diocese não havia um professor público de ler e escrever, de gramática, de retórica, nem filosofia, ou teologia, moral, e qualquer rapaz que tivesse propensão para instruir-se, não o podia conseguir, se não vindo a este reino [de Portugal] com assistência de mesadas, o que era impossível por serem esses povos em extremo miseráveis. (Ferreira da Silva, 1899: 47).

Já na sua passagem a caminho do Brasil, em 1652, como já foi referido, o Padre António Vieira dissera que não encontrou religiosos de nenhuma religião para se dedicar ao “cultivo” da alma das populações. Porém, não deixou de observar que viu pessoas, as mais dispostas que há entre todas as nações das novas conquistas, para se imprimir nelas tudo, o que lhes ensinarem. Restou-lhe tempo ainda para elogiar os poucos clérigos e cónegos com quem trocou impressões, reconhecendo que: “Há aqui clérigos, e cónegos tão negros como azeviche; mas tão compostos, tão autorizados, tão doutos, tão grandes músicos, tão discretos e bem morigerados, que podem fazer invejas aos que lá [em Portugal] vemos nas nossas Catedrais”. (Vieira, in Baltazar Neves, 2001: 63).

Ademais, convém esclarecer que a igreja exerceu outros feitos que contribuíram para moldar o espírito do caboverdiano: participou e ajudou na fundação de instituições sociais, como irmandades e confrarias, colégios e institutos de formação; exerceu funções civis (de registo de nascimento, por exemplo); influenciou muitas tomadas de decisões; participou na construção e/ou reconstrução de instituições públicas e religiosas, hoje elevadas Património Nacional. Uma das marcas do núcleo histórico da Ribeira Grande, presentemente Património da Humanidade [7], é a sua Catedral. A sua edificação e reedificação contaram com muita insistência das autoridades eclesiásticas de então. Criaram as primeiras escolas de ler e escrever onde eles próprios foram educadores; fundaram e administraram um Seminário-Liceu, em S. Nicolau, única instituição do tipo em toda a Costa Ocidental Africana, que resistiu durante meio século, exemplo este, que fez com que directa e indirectamente a Igreja fosse co-

responsável pela formação do escol da intelectualidade caboverdiana, uma referência incontornável, ainda hoje, nesta sociedade.

Poder-se-ia referir ainda a outros monumentos como por exemplo, a Igreja Matriz da Vila Ribeira Brava de S Nicolau (hoje Património Nacional) que se transformou na Sé Catedral entre 1786 e 1943, quando aquela ilha foi eleita para servir de residência e sede da diocese de Cabo Verde, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em S Filipe, Fogo, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, na Ribeira Grande, S. Antão, entre tantos outros lugares sagrados espalhados por todo o território.[8] Aos sítios sagrados juntaram-se objectos de culto de valor cultural e patrimonial. Destes testemunhos destacam-se “um cálice de ouro, admirável obra de ourivesaria em estilo manuelino, e um cibório de prata com uma inscrição que data de 1677” (Lopes Filho, in Baltazar Neves, 2004: 5) guardados ainda na Igreja Matriz da Vila da Ribeira Brava em S. Nicolau.

3. Uma outra dimensão digna de registo é a educativa. Ministrada inicialmente, na residência dos bispos e nas igrejas, através da catequese e do ensino das primeiras letras evoluiu, passando mais tarde a ter o direito de formar quadros para o seu ministério, junto à própria diocese. Variadíssimos factos demonstram que em Cabo Verde “as luzes do alfabeto as abriu com as luzes do catecismo [...],] a Madre Igreja solícita, Jesuítas, Franciscanos, Dominicanos e tantos outros servidores de Cristo e de Portugal, que sempre o eram conjuntamente.”[9]

À Igreja cabia o dever moral de sustentar a empresa expansionista e o grande império que se ia alargando com o objectivo de “desenvolver o seu programa moral, intelectual e material, em toda a sua possível extensão do seu significado, conforme o permitirem as circunstâncias de cada missão”. [10] Se de facto as rudimentares escolas de primeiras letras criadas pelos missionários tiveram influência directa no despertar do homem cabo-verdiano, não é menos certo que esta acção bipartida entre o Poder Temporal e o Eclesiástico, cujo exemplo mais exaltante culminou com a fundação do Seminário-Liceu em S Nicolau (1866-1918),[11] vai produzir resultados que irão contribuir para alicerçar, construir e reforçar o tecido da identidade cultural e sobretudo para consolidar a consciência e anunciar a cabo-verdianidade.

O Seminário-Liceu, ao implantar-se junto da diocese, vai permitir ampliar a visão de largas franjas da sociedade e, acima de tudo, contribuir para desfazer o mito de inferioridade atribuído aos naturais, aliás, na linha do que o próprio Papa Pio XI defendia que se tratava de “um erro considerar os indígenas como homens de uma raça inferior”. [12] No seu entender todos os que no Seminário se distinguiram pela piedade da sua vida, e por uma aptidão especial para o sagrado ministério, deviam ser colocados à frente de paróquias e dioceses quando estas fossem criadas. Com esta atitude, a cúpula da Igreja rompia com a tradicional ideia retrógrada da inferioridade do negro, até então defendida, e tomava consciência de que a instrução era, na época, a melhor arma para a conquista dos indígenas, preferindo-a “às expedições guerreiras, às aventuras coloniais e a todos os expedientes impróprios que pomos em prática para manter nominalmente uma ocupação fictícia.”[13]

Figuras sonantes emergiram pela acção do clero, como o do famoso pintor e retratista da corte portuguesa no Brasil, Smplicio Rodrigues de Sá,[14] que se formou graças à acção dos bispos e se celebrou mundialmente. Mas é do Seminário que irrompia um “exército” de quadros para a vida eclesiástica e civil. Irrompia, crescendo e configurando uma categoria social que servia de intermediária entre os governantes e a população erguendo-se também desta o escol da sua intelectualidade. É das entranhas desta instituição que se moldaram os contornos da cultura intelectual cabo-verdiana ganhando forma e expressão, demonstrando com proficiência os contornos da sua identidade. Figuras impares saídas desta instituição, como o

poeta José Lopes, os escritores Baltasar Lopes, Manuel Lopes, António Aurélio Gonçalves (Nhô Roque, como era por todos conhecido) tornaram-se célebres no seio da intelectualidade cabo-verdiana. A constituir-se uma galeria de mitos, símbolos e heróis sem dúvida que nela assumiriam lugar de relevo algumas personalidades religiosas, como foram os casos de Cónego Teixeira, padre Porfírio, padre Nicolau, entre outros.

Mais de duas centenas de originários do continente estudaram no Seminário-Liceu de S. Nicolau.[15] O rigor pela qualidade foi o seu distintivo, formando homens para a vida civil com competências reconhecidas. Mas também, formaram-se teólogos, embora em número reduzido. O exemplo mais consagrado foi o de José Correia (mais tarde Cónego) que, depois de se licenciar em direito em Portugal, seguiu para a ilha de S. Nicolau de Cabo Verde onde cursou em Teologia.[16]

Se não se assumiu com intransigência em tudo o que devia, há que reconhecer, todavia, que a Igreja constituiu, em vários momentos, a voz reclamante. Na matéria educativa, por exemplo, nunca se conformou com o pouco que sempre se quis impor e que se deveria transmitir aos filhos das ilhas. Em 1878, o Cónego e vice-reitor do Seminário-Liceu, Manuel Rosado Caeiro afirmou que a coroa portuguesa procurava furtar-se por todos os meios a essa responsabilidade, numa proporção inversa ao que dizia querer para a civilização dos naturais de Cabo Verde. Na busca da resolução deste conflito respondeu ser necessário fundar seminários e outros estabelecimentos congêneres onde “(..) a juventude se instrua, por que se a instrução não for defendida com liberalidade, como o estado das nossas colónias o pede, e a Metrópole o deseja, as trevas do espírito na maioria dos seus habitantes predominará por muitos séculos.” (Manuel Rosado Caeiro, in Baltazar Neves, 2001: 135)

São, sem dúvida, os homens saídos do Seminário, os que seguiam a vida civil e/ou eclesiástica, transformados na camada mais esclarecida da sociedade cabo-verdiana, a levar o seu exemplo, os seus costumes e comportamentos por onde passavam, como sacerdotes, funcionários públicos, professores, comandantes da marinha, oficiais militares, enfim. Diríamos que pelas mãos da igreja, o Seminário-Liceu transformar-se-ia na alavanca propulsora das mudanças socioculturais e de afirmação identitária do homem das ilhas, ultrapassando os limites do espaço ilhéu de carácter fechado e isolado no atlântico, contribuindo para a transformação da idiosincrasia a nível de todo o arquipélago. Indo ainda um pouco mais longe, estendeu a sua acção a outros espaços com predominante incidência para a Guiné[17] que, depois de Cabo Verde e Portugal, ocupou o terceiro lugar na ordem dos estudantes do Seminário-Liceu de S. Nicolau (cf. Baltazar Neves, 2001: 145).

As influências recebidas desta instituição tornaram acrescidas e transbordaram do campo sociocultural para o administrativo[18] e político. Se se referir, por exemplo, ao campo político, a repercussão na gesta independentista foi notória. Quatro dos seis membros fundadores e dirigentes do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) foram descendentes directos de alguns dos mais proeminentes estudantes do Seminário-Liceu: Amílcar e Luís Cabral, filhos de Juvenal Cabral, Abílio Duarte, filho do Padre Duarte, Aristides Pereira filho do Padre Porfírio[19] todos da ilha de Santiago. Tudo isto demonstra que as influências deste estabelecimento de ensino mergulharam fortemente e perduraram no tecido social cabo-verdiano. Por exemplo. Ainda muito recentemente (2000-2001) um filho de um dos ex-alunos do Seminário-Liceu exercia as mais altas funções no governo de Cabo Verde, como Primeiro-ministro.

4. A identidade cabo-verdiana seria ainda influenciada por outros meios. Um exemplo que se poderia invocar é o da música. Como se costuma dizer, esta vem na alma do cabo-verdiano. Porém, se ela não pode ser considerada um atributo da religião, ao menos, de forma organizada, foi a Igreja Católica a primeira instituição, em Cabo Verde que, com a fundação do

Seminário-Liceu de S. Nicolau, logo nos primeiros anos de sua existência, a introduziu no currículo, como uma das disciplinas obrigatórias. Vários instrumentos como flautas, trombetas e tenores, chegaram a Cabo Verde pelas mãos do clero. Assim, não se estranha que “onde houver restos destroçados de uma torre, pode ver a Misericórdia com os confrades em procissão e ouvir a música de charamelas que nela se tocava em dias de festa” (António Correia e Silva, 2004: 25). A música transformou-se naquilo a que Correia designa de uma lógica “engraçada que levava quase à inversão do poder social nos momentos de festa” (2004: 27).

5. Em síntese, poder-se-á afirmar que a Igreja Católica foi um factor vital e estruturante da sociedade cabo-verdiana. Incutia valores morais, costumeiros e culturais. Os indicadores da sua influência encontram-se materializados na dinâmica do simbolismo material e não material, firmemente implantados na sociedade cabo-verdiana de hoje. Resulta que este modelo se baseou no arranjo social, onde os conflitos, apesar de frequentes, nunca foram antagónicos, tendo a Igreja Católica e as suas missões papel imprescindível no controlo e estabilização social, por via de ‘ladinização’ catequese, baptismo e culto divino. A experiência religiosa foi tão bem sucedida que, ainda hoje, a maioria da população professa a religião católica. A Igreja transformou-se directa e/ou indirectamente num factor influenciador estruturante que se disseminou por todas as franjas da sociedade cabo-verdiana, na sua extensão e profundidade. Deste modo, não é demais afirmar que muito precocemente se começou a construir as raízes da nação cabo-verdiana nestas ilhas, fixando grande parte da sua memória no sagrado, no sangue derramado dos escravos negros, dos degredados, exilados e excluídos brancos europeus; na emoção das horas difíceis e no afecto que, sempre que quiseram, o poder temporal e eclesiástico souberam, em conjunto, partilhar. Numa mistura de coerção e de erudição, de religião e de moral, as suas glórias e as suas violências desempenharam papel preponderante nessa edificação. O crioulo, a língua comum, transformou-se nas confluências do rio de onde brotou a genealogia da cabo-verdianidade, formando um povo, uma nação inconfundível na sua identidade e na sua história. Esta, segundo Henri Dumont (1999: xvii), cada vez mais utilizada como um instrumento de afirmação das sociedades. Entretanto, estilhaçado por um mundo globalizante, triturado pela mídia e fascinado pelas imagens, o pressentimento de uma avaria de transmissão e talvez, até de um hiato fatal, explica a febre dos grupos sociais e dos indivíduos em acumular recordações. Antes que seja demasiado tarde, moraliza a obrigação íntima e imediata de descobrir e precisar as suas raízes.

[1] Este, também longe das certezas científicas, antes pendendo para opiniões duvidosas e controversas, assentes num baile de datas e de nomes à volta de um descobrimento e de um descobridor. Ver Garcia Carmelo Seco, Documento avulso, Porto, 1998.

[2] Cf. Ordenações Afonsinas, liv. V, tit. CXIII, in Ultramar, 5/6, Nova série, p. 53.

[3] O autor corrobora mais com a tese de Camelo Garcia Seco de que as ilhas foram descobertas em 1440 e não em 1460. Após a sua descoberta e na posse de informações seguras que o arquipélago não dispunha dos recursos naturais e minerais de que andavam à procura, tudo indica que Portugal não terá encontrado razões para se estabelecer imediatamente no arquipélago. No entanto, as informações existentes dizem que o povoamento se iniciou entre 1460 e 1462. Curiosamente é exactamente nesta altura que acabava de descobrir, pelo menos, as ilhas de Barlavento. Como é que então, em tão pouco tempo, poderia saber que o

arquipélago não dispunha de recursos naturais ou minerais? Efectivamente algo encontra-se por explicar já que só após uma sondagem de reconhecimento de todas as ilhas é que esta conclusão (de não estabelecer no arquipélago) poderia ter sido tirada. Esse reconhecimento não poderia ser feito em tempo recorde (em menos de dois anos). Sendo assim, então as ilhas terão sido descobertas anteriormente, dando consistência ao posicionamento de Camelo Garcia Seco que defende que as mesmas foram descobertas em 1440.

[4] Como por exemplo o apego aos bens materiais, Padres que faziam uma vida livre e viviam amancebados com mulheres e filhos, para só citar estes.

[5] AHU-Cod. 478, fl. 66 V.º-66 V., 03/01/1690.

[6] Cf. Lista dos governadores existentes no AHU.

[7] Exemplo do núcleo histórico da Ribeira Grande, actual “Cidade Velha”, elevado em Junho de 2009, a Património da Humanidade.

[8] Em S. Nicolau, por exemplo, construíram caminhos e estradas que cruzam a ilha, nomeadamente a estrada que liga o Porto da Preguiça à Ribeira Brava, o caminho para Fajã e o que conduz ao Cachaço. Ver NEVES Baltazar, Igreja matriz: publicação Arletra de ..., ISE, Janeiro 2004, p. 5-6.

[9] HISTÓRIA DA EXPANSÃO PORTUGUESA no Mundo, v. III, p. 458.

[10] B. O. de Cabo Verde n.º 1, de 1 de Janeiro de 1927.

[11] Oficialmente o Seminário foi mandado encerrar em Junho de 1917. Porém, dado que o mesmo estabelecimento já tinha feito a matrícula para o ano lectivo seguinte, foi-lhe autorizado a funcionar mais um ano. Ver portaria n.º 414, in Neves, Baltazar Soares, Para a História do Ensino em Cabo Verde, op. cit. p. 273.

[12] Portugal em África p. 588.

[13] Ibidem.

[14] Entre 1786 e 1798 fulgurou a irradiação espiritual em Cabo Verde pelas mãos do Bispo Frei Cristóvão de S. Boaventura. Este deixou a sua memória vinculada a S. Nicolau. Por seu intermédio celebrizou o pintor e retratista Simplício Rodrigues da Sá. Ver NEVES, Baltazar, Para a História do Ensino em Cabo Verde: O Caso do Seminário-Liceu de S. Nicolau, FLUP, Porto, 2001, p. 68.

[15] Os dados de pesquisas realizados para efeito de dissertação do Mestrado em Estudos Africanos mostram que estudaram no Seminário-Liceu de S. Nicolau 3850 alunos, dos quais 220 foram portugueses do continente e 21 de Madeira e Açores. Cf. NEVES, Baltazar, Para a História ..., FLUP, Porto, 2001, p. 215.

[16] Os documentos compulsados mostram que 14 estudantes desta instituição de ensino concluíram o curso de teologia. Dados apenas dos anos de 1890, 1905-06 a 1808/1809. Ver

NEVES, Baltazar, *Para a História do Ensino em Cabo Verde: O Caso do Seminário-Liceu de S Nicolau*, FLUP, Porto, 2001, pág. 139.

[17] Estudaram no Seminário-Liceu de S Nicolau 189 Guineenses, tendo 120 concluídos os estudos. Ver NEVES, Baltazar, *Para a História do Ensino em Cabo Verde: O Caso do Seminário-Liceu de S. Nicolau*, FLUP, Porto, 2001, p. 215.

[181] O Seminário formava assim uma legião de alunos que depois foram ocupar todos os lugares públicos da província. Desde os lugares de professores primários até aos de secretário-geral do governo, passando pelos tribunais, alfândegas, Câmaras, serviços administrativos, etc., no início do século XX, estes estavam quase todos nas mãos de Cabo-verdiano. Ver OLIVEIRA, João Nobre de, *A Imprensa Cabo-verdiana 1820-1975*, 1998, pp. 334-335.

[19] Após a sua formação foi enviado a Boavista para exercer sacerdócio, onde viveu até à morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. Lúcio de. *Cartas do Padre António Vieira*. Coimbra, 1925.

AGULHON, Maurice. *Para Uma História Cultural*. In: JEAN-PIERRE Rioux; JEAN-FRANÇOIS Sirinelli, (dir. de). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CISSOKO, Sénéké Mody. *História Geral da África*. UNESCO v. IV – L'Áfrique du XIe au XVI siècle, 1985.

GONÇALVES, Nuno da Silva. *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde*. 1996.

HISTÓRIA DA HUMANIDADE do século VII ao século XVI. v. IV. Verbo, 2000.

HISTÓRIA DA HUMANIDADE, do século XVI ao século XVIII. v. V. Verbo, 1999.

JEAN-PIERRE Rioux ; JEAN-FRANÇOIS Sirinelli, (dir. de) *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

LOPES FILHO, João. *Cabo Verde, Subsídios para um levantamento cultural*. Plátano Editora.

MARTINS, H. de Oliveira, "Gaspar Frutuoso" e a Colonização de Cabo Verde. In: Garcia de Horta, v. 9 (n.º 1). Lisboa, 1961.

MEMEL-FOTÉ, Harris. *História da humanidade, do século XVI ao século XVIII*. UNESCO, 1999.

NEVES, Baltazar. *Para a História do Ensino em Cabo Verde: O Caso do Seminário-Liceu de S Nicolau*. Porto: FLUP, 2001.

_____. *Igreja Matriz de S. Nicolau: um pouco de história*, 2004.

OLIVEIRA, P. Miguel de. *História Eclesiástica de Portugal*. Publicações Europa América, s/d.
SILVA, António Correia e. In: *História Geral de Cabo Verde*, v. III, IICT-INIPPC, Lisboa-Praia, 2002.

_____. *Combates pela História*. Lisboa-Praia: Spleen Edições, 2004.

SILVA, F. Ferreira da. *Diocese de Cabo Verde, Apontamentos para a História da Administração da Diocese e da Organização do Seminário Lyceu*. Lisboa: Typographia Minerva Central, 1899.

REDEAR, John. *África, Biografia de um Continente*. Portugal, Publicações Europa-América, 2002.

RIoux, Jean-Pierre ; SRINELLI, Jean-François. (dir. de) *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

Data de envio: 28.10.2009

Data de aceite: 14.12.2009

REVISTA CEREUS 

Av. Bahia, entre ruas 3 e 4, Telefone: 3612-7602.

Cep: 77400-100. Gurupi-TO

<www.revistacereus.unirg.edu.br>.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UnirG 

Av. Guanabara, 1842, Centro. Telefone: (63) 3612-7619.

Cep: 77403-080. Gurupi-TO

<www.unirg.edu.br>.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.